

A prática analítica atual e a problemática do poder

Norberto Carlos Marucco*
Alejandra Vertzner de Marucco**

INTRODUÇÃO

É inquestionável que a *problemática do poder* tem uma importância decisiva *na prática analítica atual*. Isso ocorre, dentre outras coisas, porque o modo de significar e categorizar este “poder” imprimirá características singulares à conceitualização feita sobre a teoria, a clínica e a técnica psicanalíticas, uma vez que o poder se manifestará, em suas diferentes formas, em todos os âmbitos do fazer da psicanálise, da mesma forma que o faz, sem dúvida, em todos os âmbitos do humano em geral.

Por outro lado, as preocupações que nossa prática psicanalítica suscitam nos obrigam a atualizar nossas perguntas clínicas e a revisar nossas respostas teóricas e técnicas, situados tal como estamos, e com a parcialidade que nossa vocação nos impõe, na arena em que o homem e o sofrimento se

enfrentam. Esta é uma luta difícil, se levarmos em conta que este processo está em um presente, em uma “atualidade” cujas características devemos analisar profundamente para avaliar de maneira adequada esta variável que age sobre o paciente, sobre o analista e sobre o campo no qual se molda este vínculo. Por isso, também é fundamental destacar a importância da *problemática do poder da prática analítica atual* para cumprir seus objetivos terapêuticos, uma vez que, de certo modo, esta questão atualiza a vigência do *poder da psicanálise* para explicar o homem, ajudando em seus males e contribuindo para uma visão lúcida e crítica de sua cultura, ao mesmo tempo em que é uma análise profunda de si mesma como ciência e, logo, como produção cultural.

Convém começar definindo a que nos referimos quando falamos de “poder”. Cabe aqui uma primeira distinção semântica de suas acepções: “poder” enquanto *substantivo* significa império, domínio, potestade, mando, jurisdição, supremacia, faculdade, autoridade e, ao mesmo tempo, vigor, força, potência, pujança, eficácia, influência, ascensão,

* Membro da *International Psychoanalytical Association* e Membro Titular da Associação Psicanalítica Argentina.

** Psicóloga, Membro Associado da *International Psychoanalytical Association* e Membro Adjunto da Associação Psicanalítica Argentina.

possibilidade, poderio. Em sua forma *verbal*, remete à aptidão de realizar algo, a ter presente a faculdade ou capacidade de fazer algo, ser factível, ser possível, ser capaz. Veremos, mais adiante, o peso dessa diferenciação: ao tratar o tema do poder, será importante mencionar sobre que “poder” estamos falando. Este poder, em seu sentido *substantivo* ou *verbal*, imporá uma diferença não só de significado, mas também, e fundamentalmente, no que diz respeito a suas conseqüências significantes.

O **poder**, entendido como uma *categoria antropológica*, não “surge” frente ao homem, sendo próprio de seu caráter humano. A inermidade na qual nasce coloca-o em uma estrutura vincular assimétrica, na qual lhe é dado um lugar de *não-poder*, no sentido verbal (impossibilidade de simbolizar e de atuar na realidade), frente a um outro que *pode*, também no sentido verbal, e que tem o *poder* no sentido substantivo (isto é, tem uma capacidade simbolizadora, gratificante, estruturadora e, ao mesmo tempo, tem caráter absoluto, enquanto que sua ausência condena à angústia e à morte). “História do ‘enamoramento a-paixonado’ de um ser ‘desvalido’ (desamparo inicial), cuja imagem se agiganta e apequena no reflexo devolvido pela ‘fonte de vida ou de morte’”. Enamoramento (‘queda no amor’) de sua própria imagem (narcisismo erógeno) ou terror frente à ‘fonte’ que é dada pelo ser e que poderia, ao deixar de olhá-lo, provocar a ‘morte’”¹. Esta situação original, como sabemos, conduzirá o sujeito a uma trama intersubjetiva que, somada aos processos identificadores que ocorrerão posteriormente no curso de seu desenvolvimento ontogenético (dando lugar à formação dos ideais e do próprio superego nos moldes do superego dos pais), marcará o protótipo e a gênese de uma ordem de **poder** como uma *categoria psíquica*, que ficará fortemente arraigada no inconsciente como paliativo da angústia, do medo, da desorganização psíquica frente à ameaça de perda do objeto e, ainda, como garantia de subsistência, uma vez que constituirá o núcleo do **poder** como *categoria social*. A sociedade se internalizou profundamente no aparelho psíquico do sujeito, ao mesmo tempo que este se integra a ela, participando da re-produção do sistema que o produziu: a projeção e a internalização da estrutura social no subjetivo implica a implantação, nessa subjetividade, de um **poder** que busca transformar-nos em

indivíduos adequados às formas dominantes². Mesmo no começo de sua vida, o sujeito está no meio cultural, no universo simbólico, ainda que seja incapaz, impotente para simbolizá-lo: no complexo caminho que é iniciado através de seu vínculo com o objeto, e que continua com a mediatização de seus outros significados, das relações pessoais que foi estabelecendo, de seu pertencimento às instituições, de sua participação na comunidade, da influência dos meios de comunicação de massa, *sempre teve que se separar com o problema do poder*.

Como não reconhecer, então, a importância que o problema do poder sempre terá na prática psicanalítica? Freud adotou uma postura crítica, tanto das experiências de dominação prévias (o enclausuramento dos loucos e a tentativa de libertá-los que aconteceu na Europa na época da revolução francesa), quanto daquelas às quais ele mesmo recorreu (o método da hipnose, a coação, a sugestão), e inclusive as que foram pilares de sua teoria e objeto de constante revisão, como a própria *transferência*. Talvez nisso coincidamos com Rozitchner², quando diz que o fundamental da contribuição freudiana com relação ao tema do poder é que “permite pensar o sujeito como uma força de resistência pronta para surgir, inesgotável e insublimável, e sem a qual todo o processo histórico de transformação careceria de fundamento. Deste ponto de vista, então, é possível ler sua *Psicologia das massas e análise do ego* como o lugar onde o poder individual se debate na abertura para o poder coletivo” (p. 19).

Como precisar as modalidades particulares de expressão do problema do poder na atualidade da tarefa analítica? Será útil começar definindo a que estamos nos referindo com “**prática analítica atual**”, colocando-nos frente a esta problemática desde três perspectivas de aproximação: 1) a *dos diferentes esquemas referenciais* a partir dos quais é abordada; 2) a das peculiaridades que a psicopatologia adquire no presente, e das quais esta prática deve se dar conta, ou seja, das chamadas “*patologias atuais*”; e 3) a das características que definiriam a *atualidade sociocultural* na qual a prática analítica estaria particularmente inserida.

Uma vez feitas essas aproximações, entraremos especificamente no tema da *prática analítica atual*, fundamentando a psicopatologia ao explicar metapsicologicamente uma relação dialética entre a pulsão e o objeto. Essa perspectiva exigirá do analista, durante a clínica,

uma localização, em determinados momentos, nessa posição de objeto e, em outros, na de intérprete da pulsão³. Surge aqui, uma vez mais, a problemática do poder, mas agora no âmbito específico da tarefa analítica: o poder do objeto *versus* o poder da pulsão, o poder do analista *versus* o poder do desejo do paciente, o poder da doença *versus* o poder da cura (em todo caso, será conveniente levar em consideração o poder em seus dois sentidos, verbal e substantivo), os diferentes tipos de poderes que se dirigem na transferência (idealização, hipnose, enamoramento *versus* amor e sexualidade), o poder de Eros *versus* o poder de Tânatos, etc.

Os esquemas referenciais: da capacidade explicativa e da aptidão clínica ao império do esquema

Na atualidade, os psicanalistas se aproximam do fenômeno clínico através de **diferentes esquemas referenciais**. A adesão a algum deles em particular, a tentativa de combinar vários, a conformação de um “estilo próprio” à luz da reflexão sobre os textos ou da produção pessoal, o alinhamento depois do esquema referencial freudiano (levando-se em conta os avatares que este teve que atravessar com o passar dos séculos depois das contribuições e críticas de autores pós-freudianos) e as ressonâncias particulares que as leituras e releituras da obra freudiana despertam em cada analista impõem um rumo particular ao exercício da prática analítica: tem-se à disposição uma riqueza de conceitos teórico-clínicos e de recursos técnicos que poderiam contribuir muito para o esclarecimento das problemáticas que ela propõe (o que cada esquema referencial tem como *poder*, em seu sentido *verbal*), mas também se corre o risco de uma babelização confusa, ou de converter a clínica analítica no campo de batalha de uma luta pelo *poder* (em seu sentido *substantivo*). Ambas as perspectivas devem levar em consideração as *instituições psicanalíticas*, a quem cabe a função de dar espaço e estímulo ao debate de idéias e de promover o pluralismo científico desde a própria formação psicanalítica.

Quando a coexistência de diferentes esquemas referenciais é resolvida pelo mero ecletismo, as possíveis desavenças ou indiferenças do grupo analítico em luta pelo poder (o poder do saber ou, ainda, o poder político institucional) terão sua manifestação, certamente, na prática clínica. E isso será

proposto *na transferência*, tanto nas análises didáticas da formação ou nas reanálises das análises, quanto nas de pacientes alheios ao círculo psicanalítico*.

As patologias atuais: a psicanálise no fio da navalha

Dissemos que outro modo de aproximação à *prática analítica atual* seria através da definição das características próprias das chamadas “**patologias atuais**”, aquelas que estariam “nas margens” da psicopatologia e talvez também nos limites da psicanálise, já que tratar-se-iam de patologias que não teriam sido alcançadas pelas explicações que esta encontrou para as neuroses clássicas e para as psicoses: as neuroses narcisistas, as patologias limítrofes, psicossomáticas, vícios, bulimia e anorexia, propensão a acidentes, superadaptação, AIDS, violência doméstica e social, maus-tratos, etc.⁴. Estaríamos frente a novas patologias? Este questionamento por si só definiria particularmente a atualidade do exercício da psicanálise como um trabalho *no limite*, no qual se dirime novamente um problema de *poder*. Poder ultrapassar criativamente os próprios limites, revisando a teoria, a metapsicologia, a teoria da cura e a técnica, buscando, assim, ampliar a potencialidade da tarefa analítica; ou então negá-los com onipotência, seja fazendo extensões ilícitas, excluindo-as da compreensão psicanalítica, ou negando-lhes a ajuda terapêutica.

As “patologias atuais” defrontam-nos, como analistas, com: 1) as expressões sintomáticas já conhecidas da sexualidade reprimida; 2) novas expressões da sexualidade que deveremos reconhecer (novas sexualidades? novos destinos da pulsão?); e 3) expressões sintomáticas que remeteriam a traumas condicionados por um objeto que teria “apagado”, por assim dizer, a presença da pulsão sexual (seriam manifestações da pulsão de morte que têm lugar quando a pulsão sexual diminui frente a um objeto que consegue afirmar

* Rosolato⁵ descreve exaustivamente, sob o nome de “psicanálise idealoduto”, as conseqüências de uma certa exploração da transferência, que deriva em um abuso do poder encarnado no condutor, que se mostra como a imagem “objetivada, visível, patente, do *narcisismo* (p. 25). A transmissão da psicanálise, assinalada neste caso pela **transferência idealizada**⁶, adquirirá, ao transitar por este “eixo idealoduto”, as características do doutrinamento, com o conseqüente sacrifício da possibilidade de pensar e o predomínio da imitação em detrimento do estímulo da reflexão crítica. Mais adiante, voltarei a falar sobre este tipo de vínculo com maior aprofundamento, uma vez que considero que algo dele estaria presente, em certa medida, em toda análise.

sua primazia)⁷ (p. 677-8). Objeto de poder executor da pulsão de morte? A psicopatologia fundar-se-ia, então, nessa relação dialética entre a pulsão e o objeto, e o exercício da prática analítica demandaria, como desenvolveremos mais adiante, a localização do analista ora nessa posição de objeto, ora na de intérprete da pulsão.

A PÓS-MODERNIDADE E SEUS PREJUÍZOS

A terceira via de aproximação ao tema da *prática analítica atual* seria a de introduzirmos nela através de uma tentativa de descrição, ou uma visão o mais objetiva possível, do que define precisamente sua *atualidade*: **os fatores socioculturais** (econômicos, ideológicos, etc.) que determinam o exercício analítico em virtude de sua peculiar inserção neste tempo da pós-modernidade. Neste ponto, o problema do poder alcança, sem dúvida, a maior complexidade e extensão. Assim, somente me ocuparei dele deixando abertas à reflexão algumas questões que considero de grande importância. Por um lado, caberia examinar as consequências que esta particular situação histórica acarreta na criação *da subjetividade* (definida desde o século passado como essa particular estruturação psíquica que se organiza a partir da resolução do complexo de Édipo), redefinindo lugares e papéis dos progenitores (especialmente do pai) e revisando que papel teriam os meios de comunicação de massa, a informática e a distribuição do espaço individual e social na estruturação do psiquismo.

Por outro lado, é útil destacar as consequências diretas e concretas que esses fatores socioculturais e econômicos têm sobre o exercício da psicanálise: quanto ao tempo de duração dos tratamentos, a exigência de rapidez e eficácia na remissão sintomática, a frequência das sessões analíticas e a duração das sessões, a particular contextualização que a psicanálise adquire (no consultório, nas instituições privadas, nos hospitais, através dos planos de saúde, etc.), inclusive tendo que “competir” com a amplíssima oferta de terapias alternativas. Aqui, a psicanálise parece enfrentar-se “a não poder mais” com as exigências da pós-modernidade: a vertiginosidade, a paixão pelo efêmero, o pragmatismo, o império do *marketing*, o reinado da ilusão em soluções mágicas, a idolatria, o culto à imagem, o poder do dinheiro, etc.

O problema do poder na formação da subjetividade

A proibição do incesto e o parricídio, temáticas centrais do conflito edípico, são constituídos através de uma dramática intersubjetiva no núcleo da apreensão da legalidade cultural. O desejo compartilhado entre a criança e seu progenitor do mesmo sexo pelo progenitor do sexo oposto inicia uma luta depois da qual, imaginariamente, emergiriam um vencedor e um vencido. Pela conjunção da ameaça de castração de um lado, e o reconhecimento da falta do pênis na mulher do outro, seria produzido o “sepultamento”⁸ do Édipo. Qual seria, então, o vencido? O próprio desejo? A introdução freudiana de “O fetichismo”⁹, que foi, por sua vez, o germe de “A cisão do ego no processo defensivo”^{10,11} e nuclear no *Esquema da psicanálise*, permitiu achar as pistas para entender um mecanismo estruturador do psiquismo^{1,12,13}. O ego se escinde frente ao juízo do reconhecimento da diferença dos sexos. Frente à ameaça de castração proveniente da figura paterna, o ego assume duas atitudes que coexistem sem prejuízos mútuos. Uma reconhece a diferença dos sexos e, portanto, a ameaça de castração, frente à qual se reprime para preservar seu narcisismo (fundando o inconsciente reprimido). A outra atitude renega a teoria da castração da figura materna, tentando manter-se na situação anterior ao reconhecimento da diferença dos sexos. A criança desmente a falta de pênis na mãe criando, em seu lugar (por deslocamento e transmutação de valores), um outro “algo” que o substitui, inaugurando o *fetichê*⁷. Este *objeto virtual* (que difere inteiramente daquele fetichê materializado em um objeto, o da perversão) implica o triunfo da pulsão sobre a castração, é estruturador de um aparelho psíquico escindido, de um modo de funcionamento de acordo com esta cisão^{12,14,15}, e determinante não só da escolha de objeto, mas também das condições do amor. Então, o *fetichê* protege a vida pulsional frente às exigências de uma “cultura” que, com seu “ideal de aniquilar o Édipo”, pode provocar não só a morte da pulsão, mas também afetá-la tanto na escolha do objeto sexual como, talvez mais gravemente, nas próprias condições do amor. Sepultamento “eficaz” do complexo de Édipo? Ou será que a normalidade “cultural”, em sua exigência de aceitar a castração (realidade), poderá se impor de modo tão “eficiente”, como se fosse para não deixar qualquer margem ao desmentido da castração, impedindo a criação do *fetichê*? Falamos da

ameaça (de castração) e do reconhecimento (da diferença dos sexos), da aceitação (da ausência de pênis na mulher – repressão) e da negação (da castração materna – desmentido), do objeto virtual (fetiche) e do objeto material perverso (fetichismo), da possibilidade do amor e da anulação da sexualidade. Se o dilema atual continua sendo o de “aceitar” a *realidade*, de que realidade estamos falando? Devemos situar-nos no tempo em que nos cabe viver e lançar uma rápida olhada sobre a *realidade*, tratando de pensar que outros elementos poderiam estar influenciando a formação dessas estruturas da subjetividade.

Sabemos que o enfrentamento desigual entre um pai e um filho, homem e criança, respectivamente, implica uma situação especial: para preservar sua masculinidade, a criança, diminuindo frente ao poder real do pai, iguala-se ao repressor, identificando-se com ele. Este pai, odiado rival ameaçador é, ao mesmo tempo, objeto de amor para a criança. Por isso, ela tentará preservá-lo, encerrando no inconsciente aquele desejo que motivou o enfrentamento. Fica assim instaurada a Lei do pai e, com ela, a normativa cultural e uma matriz de dominação através da culpa e do arrependimento. Mas, se por um lado a interdição paterna implica a ameaça de uma perda, significa, por outro, a possibilidade de manter a salvo a possibilidade da satisfação, deixando pronta a saída para a exogamia em busca de outro objeto de amor. Assim, a força da oposição paterna resulta estruturante e libertadora, e o empenho em fazer oposição a ela instaura, por sua vez, uma matriz de rebelião em defesa do desejo, que será muito útil para preservar a individualidade frente às formas objetivas de dominação social. Interessantes são as observações de Marcuse¹⁶ com relação ao lugar do pai na sociedade como *pater familias* que “representa a regimentação básica dos instintos que preparam a criança para a ampla repressão por parte da sociedade durante toda sua vida adulta”. Mas, continua Marcuse, “o pai desempenha esta função como o representante da posição familiar na divisão social do trabalho mais que como possuidor da mãe. Conseqüentemente, os instintos do indivíduo são controlados mediante a utilização social de sua força de trabalho. (...) O desenvolvimento de um sistema hierárquico de trabalho social não só racionaliza a dominação como também ‘contém’ a rebelião contra a dominação. No nível individual, a rebelião original é contida dentro do marco do conflito de Édipo normal. (...) O pai, restrito na família e em

sua autoridade biológica individual, é ressuscitado, com muito mais poder, na administração. Essas últimas e mais sublimes encarnações do pai não podem ser superadas ‘simbolicamente’ mediante a emancipação: não existe libertação da administração e de suas leis, porque elas aparecem como instrumentos últimos que garantem a liberdade. A revolta contra elas seria o crime supremo outra vez – neste caso, não contra o déspota animal que proíbe a gratificação, mas contra a sábia ordem que assegura os bens e serviços para a progressiva satisfação das necessidades humanas”. Nesse sentido, para falar do tema do poder, é interessante examinar de que modo esta promessa de bem-estar opera como um dos tantos mecanismos de controle estabelecidos nas sociedades pós-modernas. Com relação a isso, Deleuze¹⁷ afirma: “O *marketing* é agora o instrumento de controle social e forma a raça impudica de nossos senhores. O controle é a curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado (...). O homem já não é o homem enclausurado, mas o homem endividado”. Aquele *pai* que, após a conflitiva edipiana, encarnava a autoridade, apresentava-se como o rival mais poderoso a ser vencido, ao mesmo tempo em que protegia sua família e cuidava de sua prole, colocando limites e provendo-a de certa segurança, parece posto em xeque, impotente, “endividado” por um poder muito maior e impiedoso. “Sua autoridade como transmissor do bem-estar, do conhecimento, da experiência, é enormemente reduzida; tem menos para oferecer e, portanto, menos para proibir. (...) Entretanto, as proibições continuam prevalecendo, o controle repressivo dos instintos persiste, da mesma forma que o impulso agressivo. Quem são os substitutos paternos, contra quem se dirigem?, perguntamos com Marcuse¹⁶. Ancorado sobre um tipo de questionamento similar, Rosolato⁵ encontra uma resposta para a “necessidade de idealização” que geraria, no âmbito psicanalítico, o eixo idealoduto e, além dele, a busca por um condutor despótico: “A paixão pelo pai idealizado corresponde a uma decepção geralmente vivenciada com relação ao *pai real*, causada por uma primeira idealização deste, que não resiste à aparição de seus defeitos reais, ineludíveis, percebidos cedo ou tarde no sentido de uma realidade em desacordo com uma perfeição e um poder absolutos. A criança, então, desloca seus ideais e participa de um mito religioso no qual um deus todo-poderoso deixa atrás de si o pai real”.

E esse Deus pode assumir diversas formas: a de um condutor de massas, a de uma ideologia, a de um estilo de vida e, ainda, a da própria ciência, com seu fascinante desenvolvimento tecnológico.

Assim, por exemplo, os benefícios que a tecnologia informática apontam para o trabalho humano têm como contrapartida o depósito, na máquina, de um poder ilusório. Um novo fetiche, este sim objeto material, como o da perversão, concretiza todas as promessas de prazer (prazer sem desejo). Esquecido de que foi ele quem a criou, o homem pós-moderno transformou o computador em uma espécie de ídolo possuidor de um poder autônomo que sintetiza ideais fundamentais de sua época: velocidade e eficácia. Se o pensamento pós-moderno se ancora no presente, e este se assimila ao instantâneo, efêmero, o computador aparece como o objeto ideal: com uma memória apenas instrumental, carece de permanência e de marcas do passado nas quais seja possível encontrar algum sentido fundador e compartilhado. Como um símbolo de seu tempo, a tecnologia informática igualou quase todos na ignorância: quem não conhece pelo menos os rudimentos do uso do computador fica, literalmente, *fora* do mundo. Uma vez mais, certo poder é delegado a um objeto com a ilusão messiânica de conjurar definitivamente a ameaça do abandono e do desamparo. Nesse sentido, é interessante o que Castoriadis¹⁸ nos diz: “Com a tecnologia, o homem moderno crê ter alcançado o poder. Na verdade, à medida que exerce um número crescente de ‘domínios’ pontuais, vai sendo menos poderoso que nunca frente à totalidade dos efeitos de suas ações”.

Os mecanismos de controle social se sofisticariam em consonância com o avanço tecnológico. Já não se trataria apenas de controlar a sexualidade, mas sim de exercer, além disso, um controle profundo sobre a subjetividade: importa não apenas controlar o trabalho humano, mas também o lazer, promovendo atividades de descanso alheias ao pensamento, frivolisando o tempo livre, massificando a percepção, adormecendo a criatividade. O que antes se tornava objeto de curiosidade ao permanecer oculto, incitando a transgressão e um tipo de culpa concomitante, hoje se tornou *espetáculo*. Uma luz poderosa traz tudo “à tona”, ao mesmo tempo em que ofusca o sujeito, impedindo-lhe de perceber a ideologia subjacente. Não há virtualidade possível. Através desse “espetáculo”, o sujeito não só se vê forçado a assumir passivamente os critérios axiológicos de um sistema que

satisfaz e controla suas necessidades, e do qual lhe é praticamente impossível tentar esquivar-se sem enfrentar aquela vivência de solidão e desamparo tão profundamente arraigada em seu psiquismo, mas que, além disso, irá forçá-lo a assumir como real a realidade que lhe é mostrada. Parafrazeando Mannoni^{19†}, é uma espécie de “não sei, e é assim que deve ser”. Daí a importância de considerar o papel que os meios de comunicação de massa têm na formação da subjetividade e no alicerce intersubjetivo e social da problemática do poder‡.

O problema do poder na prática analítica atual

Tendo destacado algumas questões que se propõem a contextualizar a prática analítica atual, tentaremos abordar o problema do poder desde uma perspectiva eminentemente clínica. Uma vez mais, diremos que, como defesa frente ao desamparo, o sujeito se inclina a cair na idealização. Como isso se expressa na análise? Lentamente, na psicanálise, o amor de transferência tende a ceder seu lugar à idealização do objeto. “Em um movimento regressivo, a psicanálise encobrirá o sujeito e ‘des-cobrirá’ o ‘objeto’. Outra vez o retorno da hipnose?”⁶. O objeto deseja o poder (não o amor) e exige a idealização sob a “ameaça” do não-ser (com o desamparo, a desproteção). Na análise, o abuso de poder por parte do analista se torna possível se é correlativo a uma progressiva supressão do Eros – em outras palavras, a uma maior difusão pulsional. Assim sendo, esse “superego como puro cultivo da pulsão de morte”, que inquietava a Freud, estaria “corporizado” como este “poder”

† Aquela “já sei, mas mesmo assim...”, como expressão verbal, permite exprimir mais claramente esta certa cota de desmentido necessário para a constituição do *fetiche* como objeto virtual que representa, ao mesmo tempo, um reconhecimento e um desconhecimento da castração²⁰.

‡ Nesse sentido, concordamos com Subirats²¹, em *La cultura del espectáculo*: “O simulacro medial se revela, nessa situação, ideal como aquela representação, ou melhor, aquela reduplicação técnica da realidade que, por suas características técnicas de difusão massiva, de seu efeito ilusionista e de seu consenso virtualmente universal, ultrapassa qualquer valor estritamente representativo, para adquirir o *status* de uma realidade mais verdadeira que a própria experiência subjetiva e individual do real. (...) A dimensão fundamental da reprodução medial da realidade não reside nem em seu caráter instrumental como extensão dos sentidos e da experiência, nem em sua capacidade manipuladora como fator condicionador da consciência, mas sim em seu valor ontológico como princípio gerador do real. Reagimos com maior intensidade frente a seus estímulos que frente à realidade da experiência imediata. Um evento casual (escândalos, crimes ou um *slogan* político), ao ser reproduzido como imagem medial, torna-se um acontecimento universal, não importando quão insignificantes possam ser suas características particulares”.

sem prazer[§]. Então, a pulsão de morte pode ser expressa em uma peculiar “idealização da transferência”: aquela que se expressa como “poder” (naquele sentido substantivo do qual falávamos no começo). Há exemplo melhor desse poder do que a hipnose? Enamoramento, hipnose, transferência idealizada.

Mas, pode essa idealização do objeto ser de alguma “utilidade” na cura de patologias nas quais o objeto adquiriu tal relevância que define não só o destino pulsional, como também a própria existência da pulsão? A cura analítica demandará assumir uma posição difícil: ainda que a proeminência do analista como objeto idealizado tendesse a diluir a presença clínica da sexualidade, poderia a psicanálise, **nestes casos**, renunciar a seus “compromissos” terapêuticos? Talvez esse lugar proeminente deva ser **provisoriamente** aceito como objeto, para se poder, daí, “desmontar” a idealização, despertando o potencial modificador do inconsciente.

Quando o poder (no sentido substantivo) aparece localizado ao lado do paciente, o analista será obrigado a renunciar, via transferência recíproca ou contratransferência, ao reconhecimento de sua sexualidade. Para isso, uma vez mais, serão fundamentais tanto a análise pessoal do analista quanto o uso de sua *capacidade de auto-análise*, porque é o desmantelamento dessa situação infantil, na qual um objeto poderoso anula o nascimento da sexualidade transladada ao cenário da prática analítica, que permite interpretar uma luta pelo poder através da qual a pulsão de morte se manifesta em suas diversas expressões: agressão, auto-agressão, compulsão à repetição, o fenômeno do sinistro, etc.

Se o apego a um objeto foi necessário em um momento da vida para possibilitar a estruturação e o desenvolvimento do aparelho psíquico (o apego pré-edípico ao primeiro objeto materno, anterior à passagem ao segundo objeto paterno), ele se torna perigoso, fonte de iatrogenia quando se instala na análise (impedindo o desenvolvimento da pulsão sexual como amor de transferência) e enfraquecimento da integridade psíquica, uma vez que a anulação da sexualidade necessariamente vai gerando, na dupla analítica, relações de poder. Assim proposta essa luta, já não importará quem triunfe: paciente e analista condenados a

um enfrentamento absolutamente inútil ficariam aprisionados nessa situação. O que na verdade ficaria submetido, inundado pela pulsão de morte, seria a própria prática analítica. Isso não poderia explicar, pelo menos parcialmente, a proclamada *crise da psicanálise*?

Para finalizar, poderíamos dizer, então, que o problema do poder é essencial **na** prática analítica porque entroniza a pulsão de morte em detrimento da pulsão sexual; e também que o poder **da** prática analítica reside em sua possibilidade de resgatar a sexualidade através do amor de transferência, limitando, assim, o poder do objeto e liberando o sujeito da idealização que o prende a ele. O verdadeiro **poder** (no sentido verbal que mencionávamos no começo) da prática analítica se nutre da força do desejo e se encaminha firmemente para os objetivos terapêuticos que, desde o começo da psicanálise, orientaram o tratamento: a *cura psicanalítica*. Eis aqui seu primeiro objeto, que a estruturou como ciência a serviço do homem, e do qual jamais se fez prisioneira. Daí que também tenha “podido” oferecer sua ajuda como método de pesquisa, como modo de reflexão aplicável ao homem em geral, à sua cultura, à ciência, e também à análise de si mesmo e de sua transmissão nas instituições psicanalíticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Marucco N. La melancolía: el ocaso de una pasión. Retrotiempo, por los rastros de Caín y Abel (un estudio psicoanalítico). In: Cura analítica y transferencia. De la represión a la desmentida. Buenos Aires: Amorrortu; 1998. cap. 8, p. 138.
2. Rozitchner L. Freud y el problema del poder. México: Folios Ediciones; 1982. p. 19.
3. Marucco N. Algunas puntuaciones psicoanalíticas. Desde mi práctica clínica. Rev Franc Psicoanal. 2001;45:167. In: Green A, ed. Hors Série Courants de la psychanalyse contemporaine. Paris: Presses Universitaires de France; 2001.
4. Marucco N. Cura analítica y transferencia. De la represión a la desmentida. Buenos Aires: Amorrortu; 1998.
5. Rosolato G. El psicoanálisis idealoducto. Rev Psicoanal 1986;53(1):25.
6. Marucco N. Transferencia idealizada y transferencia erótica. (Su dialéctica en el proceso de la cura analítica). In: Cura analítica y transferencia. De la represión a la desmentida. Buenos Aires: Amorrortu; 1998. cap. 15, p. 239.
7. Marucco N. Edipo, castración y fetiche. Una revisión de la teoría psicoanalítica de la sexualidad. Rev Psicoanal 1997;53(3):677-8. (Trabajo pre-publicado al 40º Congreso de la API, Barcelona, 1997).
8. Freud S. [1924]. El sepultamiento del complejo de Edipo. Buenos Aires: Amorrortu; 1989. Tomo 19.
9. Freud S. [1927]. Feticheísmo. Buenos Aires: Amorrortu; 1996. Tomo 21.
10. Freud S. (1940b [1938]). La escisión del yo en el proceso

[§] Esta expressão da pulsão de morte como poder sem prazer (não como pulsão de domínio) corresponderia ao conceito de desejo de não-desejo de Piera Aulagnier (Conferências APA, 1981).

- defensivo. Buenos Aires: Amorrortu; 1996. Tomo 23.
11. Freud S. (1940a [1938]). Esquema del psicoanálisis. Buenos Aires: Amorrortu; 1996. Tomo 23.
 12. Marucco N. Narcisismo, escisión del yo y Edipo. In: Cura analítica y transferencia. De la represión a la desmentida. Buenos Aires: Amorrortu; 1998. cap. 1, p. 15.
 13. Marucco N. Sugestión en la interpretación y en la construcción. La función "madre fálica". In: Cura analítica y transferencia. De la represión a la desmentida. Buenos Aires: Amorrortu; 1998. cap. 13, p. 202.
 14. Marucco N. Introducción de [lo siniestro] en el yo. In: Cura analítica y transferencia. De la represión a la desmentida. Buenos Aires: Amorrortu; 1998. cap. 3, p. 67.
 15. Marucco N. Acerca de la cura en psicoanálisis. Reflexiones actuales sobre un legado psicoanalítico. In: Cura analítica y transferencia. De la represión a la desmentida. Buenos Aires: Amorrortu; 1998. cap. 5, p. 86.
 16. Marcuse H. (1985 [1953]). Eros y civilización. In: De Agostini SA. Obras maestras del pensamiento contemporáneo. Barcelona: Planeta; 1985.
 17. Deleuze G. Posdata sobre las sociedades de control. In: Ferrer C, org. El lenguaje literario. 2ª ed. Montevideo: Nordan; 1991.
 18. Castoriadis C. El mundo fragmentado. Encrucijadas del laberinto III. Buenos Aires: Altamira; 1993. p. 56.
 19. Mannoni O. La otra escena. Claves de lo imaginario. Buenos Aires: Amorrortu; 1973.
 20. Marucco N, Korol L, Rozitchner E, Vertzner de Marucco A. Autoanálisis y contratransferencia. Primeras aproximaciones a una revisión de la técnica psicoanalítica. Trabajo Libre presentado en el XXI Congreso Latinoamericano de Psicoanálisis, Monterrey, México, 1982.
 21. Subirats E. La cultura del espectáculo. Madrid: Fondo de Cultura Económica; 1988.

RESUMO

Os autores enfocam a prática psicanalítica atual sob o vértice do poder, e o diferenciam em poder nos sentidos verbal e substantivo. O poder verbal é a aptidão de realizar alguma coisa no sentido de "ser capaz". O poder substantivo é o domínio, a supremacia, a autoridade ou, ainda, a força, a pujança. Se o poder for substantivo ou verbal, disso resultará uma diferença de significado e também de significativa. Os autores, a seguir, enunciam o poder como categoria antropológica, psíquica e social. Em continuidade, definem o que é a prática analítica atual a partir de três aproximações: os diferentes esquemas referenciais, as patologias atuais (psicossomáticas, borderline, anorexia e bulimia, etc.) e a atualidade sociocultural. Depois de demarcado o campo conceitual, os autores discorrem sobre o abuso de poder por parte do analista, que é acompanhado de uma progressiva supressão de Eros, ou seja, de uma difusão pulsional. Quando isso ocorre, a pulsão de morte se expressa através de uma idealização da transferência, que equivale ao poder substantivo, não ao poder verbal. A hipnose é o melhor exemplo desse fenômeno: o enamoramento, a transferência idealizada. Quando, ao contrário, esse poder no

sentido substantivo está do lado do paciente, o analista, via contratransferência, se vê obrigado a renunciar à sua sexualidade. O analista, então, deverá proceder ao dismantelamento dessa situação infantil na qual um objeto poderoso anula o nascimento da sexualidade dentro do cenário da prática analítica. Os autores finalizam afirmando que o resultado iatrogênico do apego a um objeto, quando se instala na análise, é impedir o desenvolvimento da pulsão sexual como amor de transferência, e que a anulação da sexualidade vai gerando, na dupla analítica, relações de poder. Se isso ocorre, não importa quem triunfe, a prática analítica será inundada pela pulsão de morte.

Descritores: Prática analítica, poder, pulsão, transferência, contratransferência.

ABSTRACT

The authors focus on psychoanalytic practice in the current days in what concerns power vs. ability. Ability is the possibility of doing something, it means "being able". Power, on the other hand, is associated with command, supremacy, authority or even strength, vigor. The difference between power and ability will result in a difference in meaning and form. The authors present power/ability as being an anthropological, psychic and social category. Still, they define the analytic practice in the current days in view of three aspects: different reference schemes, current pathologies (psychosomatic and borderline pathologies, anorexia and bulimia, etc.), and finally the current social and cultural reality. After tackling such concepts, the authors address the abuse of power on the analyst's part, which is accompanied by a progressive suppression of Eros, i.e., of a drive diffusion. When this happens, the death drive manifests itself through the idealization of transference, which is equivalent to power – not to ability. Hypnosis is the best example of this phenomenon: fascination, idealized transference. On the contrary, when power is on the patient's part, the analyst, by means of countertransference, is forced to renounce his/her sexuality. The analyst, then, will have to destroy this childish situation in which a powerful object cancels the birth of sexuality within the environment of the analytic practice. The authors finish saying that the iatrogenic consequence of the attachment to an object, when installed in the analysis, is prevention of the development of sexual drive as a transference love, and that the cancellation of sexuality gives rise to power relations in the analytic pair. If this occurs, it does not matter who wins – the analytic practice will be marked by the death drive.

Keywords: Analytic practice, power, drive, transference, countertransference.

Title: Current analytic practice and the question of power

RESUMEN

Los autores enfocan la práctica psicoanalítica bajo el vértice del poder y diferencian el poder en su acepción verbal y sustantiva. El poder verbal es la aptitud de realizar alguna cosa en el sentido de ser capaz. El poder sustantivo es el dominio, la supremacía, la autoridad, o aún la fuerza, la superioridad. Si el poder es sustantivo o verbal, de esto resultará una diferencia de significado y también de significantes. Los autores enuncian el poder como categoría antropológica, psíquica y social. A seguir definen qué es la práctica analítica actual partiendo de tres aportes: los diferentes esquemas referenciales, las patologías actuales (psicosomáticas, limítrofes, anorexia y bulimia, etc.) y la actualidad sociocultural. Después de enmarcado el campo conceptual, los autores plantean el abuso del poder del analista que se acompaña por una progresiva supresión de Eros, o sea, de una defusión pulsional. Cuando ocurre, la pulsión de muerte se expresa por una idealización de la transferencia, que es igual al poder sustantivo, no al poder verbal. La hipnosis es el mejor ejemplo de este fenómeno: el enamoramiento, la transferencia idealizada. Cuando, al contrario, ese poder en el sentido sustantivo está en el paciente, el analista, por vía de la

contratransferencia, es obligado a renunciar su sexualidad. El analista, entonces, procederá, por su fuerza, el desmantelamiento de esta situación infantil en la que un objeto poderoso anula el nacimiento de la sexualidad en el escenario de la práctica analítica. Finalizan con la afirmación de que el resultado iatrogénico del apego a un objeto, cuando ese se instala en el análisis, es impedir el desarrollo de la pulsión sexual como amor de transferencia; la anulación de la sexualidad va generando, en el par analítico, relaciones de poder. Si eso ocurre, no importa quien triunfe, la práctica analítica será inundada por la pulsión de muerte.

Palabras clave: Práctica analítica, poder, pulsión, transferencia, contratransferencia.

Título: La práctica analítica actual y la problemática del poder

Correspondência:
San Luis 3364 (1186)
Capital – República Argentina
E-mail: marucco@ciudad.com.ar

Copyright © Revista de Psiquiatria
do Rio Grande do Sul – SPRS